No. 57718*

Spain
and
Portugal

Agreement between the Kingdom of Spain and the Portuguese Republic concerning the Regulations governing hunting in the waters and on the banks of the international section of the Minho river. Trujillo, 28 October 2021

Entry into force: *1 April 2023, in accordance with article 20*

Authentic texts: *Portuguese and Spanish*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Spain, 1 April 2023*

*No UNTS volume number has yet been determined for this record. The Text(s) reproduced below, if attached, are the authentic texts of the agreement /action attachment as submitted for registration and publication to the Secretariat. For ease of reference they were sequentially paginated. Translations, if attached, are not final and are provided for information only.

Espagne
et
Portugal

Accord entre le Royaume d'Espagne et la République portugaise relatif au Règlement de chasse dans les eaux et sur les rives du secteur international du Miño. Trujillo, 28 octobre 2021

Entrée en vigueur : *1er avril 2023, conformément à l'article 20*

Textes authentiques : *portugais et espagnol*

Enregistrement auprès du Secrétariat de l'Organisation des Nations Unies : *Espagne, 1er avril 2023*

*Aucun numéro de volume n'a encore été attribué à ce dossier. Les textes disponibles qui sont reproduits ci-dessous sont les textes originaux de l'accord ou de l'action tels que soumis pour enregistrement. Par souci de clarté, leurs pages ont été numérotées. Les traductions qui accompagnent ces textes ne sont pas définitives et sont fournies uniquement à titre d'information.

[TEXT IN PORTUGUESE – TEXTE EN PORTUGAIS]

ACORDO
ENTRE
O REINO DE ESPANHA
E
A REPÚBLICA PORTUGUESA
RELATIVO
À REGULAÇÃO DA CAÇA
NAS ÁGUAS E MARGENS DO TROÇO INTERNACIONAL
DO RIO MINHO (TIRM)

O Reino de Espanha e a República Portuguesa, doravante designados por "Partes",

Considerando que se torna necessário adotar medidas comuns e conjugar esforços com vista à conservação da fauna silvestre existente no rio Minho, em especial da avifauna, tanto migratória como sedentária:

Conscientes da necessidade de atualizar o Regulamento da Caça nas Águas e Margens do Troço Internacional do Rio Minho, elaborado no âmbito da Comissão Internacional de Limites entre Portugal e Espanha aprovado na sessão plenária, realizada em Madrid, de 20 a 22 de fevereiro de 1991, e em vigor desde 24 de fevereiro de 1995;

Tendo presente o disposto no Tratado entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha através do qual se estabelece a linha de fecho das desembocaduras dos Rios Minho e Guadiana e se delimitam os Troços Internacionais de ambos os rios, assinado em Vila Real, em 30 de maio de 2017, em vigor desde 12 de agosto de 2018;

Tendo por referência o Tratado de Limites entre Portugal e Espanha, assinado em Lisboa a 29 de setembro de 1864;

Desejando proporcionar aos caçadores de ambas as Partes, tanto quanto possível, idênticas condições de usufruição deste recurso natural, através do exercício da caça por forma ordenada,

Acordam no seguinte:

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1°

Objeto

O presente Acordo tem por objeto regular o exercício da caça nas águas e margens do Troço Internacional do Rio Minho (TIRM), incluindo as ilhas nele existentes.

Artigo 2°

Âmbito de aplicação

1. O presente Acordo é aplicável nas águas e margens do TIRM, delimitado nos termos dos artigos 1.° e 3.° do Tratado entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha através do qual se estabelece a linha de fecho das desembocaduras dos Rios Minho e Guadiana e se delimitam os Troços Internacionais de ambos os rios, assinado em Vila Real, em 30 de maio de 2017, atualmente em vigor entre as Partes.

2. O exercício da caça nas ilhas existentes no rio Minho pertencentes exclusivamente ao território de uma das Partes será reservado aos caçadores habilitados por essa Parte.

CAPÍTULO II

Áreas de caça

Artigo 3°

Proibições ou restrições

1. Não é autorizado o exercício da caça no troço do rio Minho a jusante de uma linha imaginária definida pelo cais de São Sebastião, em Seixas (Portugal), e a ponte do rio Tamuje (Espanha), até à sua desembocadura, incluindo as ilhas Canosa e Morraceira do Grilo ou Vimbres.

2. As Partes poderão determinar por comum acordo novos troços do rio ou ilhas em que o exercício da caça seja proibido, assim como modificar os limites constantes do número anterior, desde que no âmbito e no limite do disposto no Tratado entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha através do qual se estabelece a linha de fecho das desembocaduras dos Rios Minho e Guadiana e se delimitam os Troços Internacionais de ambos os rios, assinado em Vila Real, em 30 de maio de 2017.

CAPÍTULO III

Exercício da caça

Artigo 4°

Espécies e limites de captura

1. Anualmente serão estabelecidas as espécies de fauna silvestre que podem ser objeto de caça e os limites máximos diários de captura por caçador.

2. Estas espécies podem incluir apenas as espécies cuja exploração é permitida ao abrigo da legislação comunitária aplicável.

Artigo 5º

Período venatório e defeso

O início do período venatório para cada uma das espécies nas áreas abrangidas pelo presente Acordo coincidirá com o início do período venatório do país, região ou comunidade autónoma limítrofe que o fizer mais tarde e o seu termo não poderá ser posterior a 31 de janeiro.

Artigo 6º

Restrições à época de caça

As modalidades de caça nas águas internacionais do rio Minho, suas ilhas e suas margens, serão estabelecidas anualmente, ficando sujeitas às seguintes limitações:

a) Só é permitida a utilização de embarcações de recreio nas esperas e para deslocação entre os locais de espera;

b) É proibida a utilização de qualquer tipo de embarcação para acossar ou perseguir a caça, assim como disparar da embarcação sem que esta esteja fundeada ou amarrada à margem e com o motor desligado;

c) Cada embarcação poderá transportar para as esperas um máximo de dois caçadores, os quais só poderão levar uma arma cada um. Estas armas deverão estar acondicionadas durante as deslocações.

Artigo 7º

Armas automáticas ou semiautomáticas

É proibida a utilização de armas automáticas ou semiautomáticas cujos carregadores ou depósitos não estejam preparados ou transformados para admitir um máximo de dois cartuchos.

Artigo 8º

Horário do exercício da caça

O exercício da caça é autorizado durante o período que decorre entre uma hora antes do nascer do Sol até uma hora depois do pôr-do-sol.

Artigo 9º

Dias de caça permitidos

O exercício da caça só é permitido às quintas-feiras, domingos e feriados nacionais obrigatórios de cada uma das Partes.

CAPÍTULO IV

Licenças e autorizações

Artigo 10º

Limites das autorizações

1. Será fixado anualmente o número máximo de autorizações a conceder por cada dia de caça, que será igual para ambas as Partes.

2. Só é permitido o exercício da caça aos caçadores habilitados a caçar nas regiões ou comunidades autónomas limítrofes e que sejam titulares da autorização diária emitida pelas autoridades competentes de cada uma das Partes.

CAPÍTULO V

Vigilância

Artigo 11º

Fiscalização

A fiscalização do cumprimento das disposições do presente Acordo compete às autoridades da Marinha e Autoridade Marítima designadas para o rio Minho, com comando operacional das respetivas lanchas de fiscalização, podendo, sempre que julgarem conveniente, solicitar a colaboração de outras autoridades.

CAPÍTULO VI

Relato de infrações

Artigo 12º

Notificação das infrações

1. Competirá às autoridades de Marinha e Autoridade Marítima designadas para o rio Minho notificar as infrações ao presente Acordo, que serão sancionadas nos termos do Direito Interno de cada uma das Partes.

2. Quando a infração seja cometida em embarcação encostada a terra firme ou tão próxima dela que seja possível saltar para bordo a pé enxuto ou seja cometida em terra firme, a embarcação, os seus tripulantes ou outro infrator, ficarão sujeitos à jurisdição da autoridade

da Parte em cujo território se encontrem ou, no caso das ilhas, à jurisdição da autoridade da Parte responsável pela autuação, sem prejuízo do disposto pelo artigo 13.º do presente Acordo.

Artigo 13º

Notificação da infração à outra Parte

A autoridade de Marinha ou Autoridade Marítima de qualquer das Partes, que tiver conhecimento de uma infração ao presente Acordo cometida por um indivíduo ou uma embarcação do Estado vizinho, participá-la-á à autoridade de Marinha ou Autoridade Marítima da nacionalidade do infrator. Se a infração for cometida na margem do Estado vizinho e o infrator fugir para o seu Estado ou for detido no rio durante a fuga, a autoridade da Parte do infrator comunicará à da outra Parte o procedimento que tiver sido adotado.

CAPÍTULO VII

Disposições Institucionais

Artigo 14º

Comissão Mista de Caça e Comissão Permanente Internacional do Rio Minho (CPIRM)

1. Será constituída uma Comissão Mista de Caça integrada por representantes dos organismos que, em ambas as Partes, tenham competência na matéria.

2. A Comissão Mista de Caça proporá anualmente à Comissão Permanente Internacional do Rio Minho (CPIRM) as normas referidas nos artigos 3º, 4º, 5º, 6º e 10º, que deverão ser aprovadas pelas autoridades competentes de cada Parte e publicadas através de editais com a antecedência conveniente.

3. A CPIRM, a pedido da Comissão Mista de Caça, examinará e solucionará as questões e dúvidas resultantes da aplicação do presente Acordo, sendo para o efeito convocada pelos Presidentes que, enquanto interlocutores, manterão, igualmente, a Comissão Internacional de Limites informada.

CAPÍTULO VIII

Disposições finais

Artigo 15º

Disposição transitória

Enquanto não se estabeleça outro regime cinegético especial, a Comissão Mista de Caça definirá anualmente as ilhas e bancos de areia, onde será permitido o exercício da caça aos caçadores autorizados por ambas as Partes.

Artigo 16º

Solução de controvérsias

Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou aplicação do presente Acordo, não resolvida no âmbito da CPIRM, será solucionada através de negociação entre as Partes, por via diplomática.

Artigo 17º

Revisão

1. O presente Acordo pode ser objeto de revisão a pedido de qualquer das Partes.

2. As emendas entrarão em vigor nos termos previstos no artigo 20º do presente Acordo.

Artigo 18º

Revogação

Com a entrada em vigor do presente Acordo, fica revogado o Regulamento de Caça nas Águas e Margens do Troço Internacional do Rio Minho, elaborado no âmbito da Comissão Internacional de Limites (CIL) entre Portugal e Espanha, aprovado na respetiva sessão plenária, realizada em Madrid de 20 a 22 de fevereiro de 1991.

Artigo 19º

Vigência e denúncia

1. O presente Acordo permanecerá em vigor por um período de seis (6) anos renovável automaticamente por períodos iguais e sucessivos.

2. Qualquer das Partes poderá denunciar o presente Acordo mediante notificação, por escrito e por via diplomática à outra Parte, com uma antecedência mínima de cento e oitenta (180) dias em relação ao termo do período de vigência em curso.

3. Em caso de denúncia, o presente Acordo cessará a sua vigência no final do período de vigência em curso.

4. Em caso de denúncia, as Partes comprometem-se a iniciar as negociações necessárias para a assinatura de um novo Acordo relativo à regulação da Caça nas Águas e Margens do Troço Internacional do Rio Minho (TIRM), mantendo-se o presente Acordo em vigor até à entrada em vigor do que o substitua.

Artigo 20º

Entrada em vigor

O presente Acordo entrará em vigor trinta (30) dias após a receção da última notificação, por escrito e por via diplomática de que foram cumpridos os requisitos de Direito Interno das Partes necessários para o efeito.

Feito em Trujillo, a 28 de outubro de 2021, em dois originais, cada um em português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo	**Pela**
Reino de Espanha	**República Portuguesa**
José Manuel Albares Bueno	Augusto Santos Silva
Ministro de Assuntos Exteriores, União Europeia e Cooperação	**Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**

[TEXT IN SPANISH – TEXTE EN ESPAGNOL]

ACUERDO
ENTRE
EL REINO DE ESPAÑA
Y
LA REPUBLICA PORTUGUESA
RELATIVO
A LA REGULACION DE LA CAZA
EN LAS AGUAS Y MARGENES DEL TRAMO INTERNACIONAL
DEL RÍO MIÑO (TIRM)

El Reino de España y la República Portuguesa, en adelante designados como "Partes",

Considerando que es necesario adoptar medidas comunes y unir esfuerzos con vistas a la conservación de la fauna silvestre existente en el río Miño, en especial de la avifauna, tanto migratoria como sedentaria;

Conscientes de la necesidad de actualizar el Reglamento de Caza en las aguas y márgenes del Tramo Internacional del Río Miño, elaborado en el ámbito de la Comisión Internacional de Limites entre Portugal y España aprobado en sesión plenaria, celebrada en Madrid, de 20 a 22 de febrero de 1991, y en vigor desde el 24 de febrero de 1995;

Teniendo presente lo dispuesto en el Tratado entre la República Portuguesa y el Reino de España por el que se establece la línea de cierre de las desembocaduras de los ríos Miño y Guadiana y se delimitan los tramos internacionales de ambos ríos, firmado en Vila Real el 30 de mayo de 2017, en vigor desde el 12 de agosto de 2018;

Tomando como referencia el Tratado de Límites entre Portugal y España, firmado en Lisboa el 29 de septiembre de 1864;

Deseando proporcionar a los cazadores de ambas Partes, en la medida de lo posible, idénticas condiciones de disfrute de este recurso natural, a través del ejercicio de la caza de forma ordenada,

Acuerdan lo siguiente:

CAPITULO I

Disposiciones Generales

Artículo 1

Objeto

El presente Acuerdo tiene por objeto regular el ejercicio de la caza en las aguas y márgenes del tramo internacional del rio Miño (TIRM), incluidas las islas en él existentes.

Artículo 2

Ámbito de aplicación

1. El presente Acuerdo es aplicable a las aguas y márgenes delimitados conforme a lo dispuesto en los artículos 1° y 3° del Tratado entre la República Portuguesa y el Reino de España por el que se establece la línea de cierre de las desembocaduras de los ríos Miño y Guadiana y que delimitan los tramos internacionales de ambos ríos, firmado en Vila Real. el 30 de mayo de 2017, actualmente en vigor en ambas Partes.
2. El ejercicio de la caza en las islas existentes en el río Miño, que pertenezcan de forma exclusiva a una de las Partes, se reserva a los cazadores autorizados por esa Parte.

CAPITULO II

Zonas de caza

Artículo 3

Prohibiciones o restricciones

1. No se autoriza el ejercicio de la caza en el tramo del río Miño aguas abajo una línea imaginaria delimitada por el puerto de Sao Sebastiao, en Seixas (Portugal) y el puente

del río Tamuxe (España), hasta su desembocadura, incluidas las islas Canosa y Morraceira do Grilo o Vimbres.

2. Las Partes podrán determinar de común acuerdo nuevos tramos del río o islas en los que se prohíba el ejercicio de la caza, así como modificar los límites indicados en el apartado anterior, siempre que se atengan al ámbito y los límites del Tratado entre la República Portuguesa y el Reino de España por el que se establece las líneas de cierre de las desembocaduras de los ríos Miño y Guadiana y se delimitan los tramos internacionales de ambos ríos, firmado en Vila Real, el 30 de mayo de 2017.

CAPITULO III

Ejercicio de la Caza

Artículo 4

Especies y límites de captura

1. Se establecerán anualmente las especies de fauna silvestre que puedan ser objeto de caza y los límites máximos diarios de capturas por cazador.
2. Entre estas especies solo podrán figurar aquellas cuya explotación queda permitida en el marco de la normativa comunitaria aplicable.

Artículo 5

Periodo hábil y veda

El comienzo del periodo hábil de caza para cada una de las especies en las zonas a las que se refiere el presente Acuerdo coincidirá con el comienzo del periodo hábil de caza del país, región o comunidad autónoma limítrofe que lo haga más tarde y su finalización no podrá ser posterior al 31 de enero.

Artículo 6

Restricciones del periodo hábil

Las modalidades de caza en las aguas internacionales del río Miño, sus islas y sus márgenes se establecerán cada año, quedando sujetas a las siguientes limitaciones:

a) Solo se permite la utilización de embarcaciones de recreo en las esperas y para el desplazamiento entre los lugares de espera;

b) Queda prohibida la utilización de cualquier tipo de embarcación para acosar o perseguir la caza, así como disparar desde la embarcación sin encontrarse esta fondeada o amarrada al margen, y en su caso con el motor apagado;

c) Cada embarcación podrá trasladar hasta las esperas a un máximo de dos cazadores, los cuales sólo podrán llevar un arma cada uno. Dichas armas deberán permanecer enfundadas durante los desplazamientos.

Artículo 7

Armas automáticas o semiautomáticas

Queda prohibida la utilización de armas automáticas o semiautomáticas cuyos cargadores o depósitos no estén preparados o modificados para admitir un máximo de dos cartuchos.

Artículo 8

Horario para el ejercicio de la caza

El ejercicio de la caza se permitirá desde una hora antes de la salida del sol hasta una hora después de su puesta.

Artículo 9

Dias de caza permitidos

El ejercicio de la caza solo estará permitido los jueves, domingos y festivos nacionales oficiales de cada una de las Partes.

CAPÍTULO IV

Licencias y autorizaciones

Artículo 10

Límite de las autorizaciones

1. Se fijará anualmente el número máximo de autorizaciones que podrán concederse por cada día de caza, que será igual para ambas Partes.
2. Solo se permitirá el ejercicio de la caza a los cazadores con licencia para cazar en las regiones o comunidades autónomas limítrofes y que hayan recibido la autorización diaria expedida por las autoridades competentes de cada una de las Partes.

CAPITULO V

Vigilancia

Artículo 11

Fiscalización

La fiscalización del cumplimiento de las disposiciones del presente Acuerdo compete a las autoridades de Marina y Autoridad Marítima designadas para el río Miño, con comando operativo sobre las respectivas embarcaciones de vigilancia, pudiendo solicitar la colaboración de otras autoridades siempre que lo estimen conveniente.

CAPITULO VI

Informes relativos a las infracciones

Artículo 12

Notificación de las infracciones

1. Las autoridades de Marina y Autoridad Marítima designadas para el río Miño, serán las encargadas de notificar las infracciones del presente Acuerdo que serán sancionadas con arreglo al Derecho interno de cada una de las Partes.

2. Cuando la infracción se hubiera cometido en una embarcación adherida a tierra firme o tan próxima a esta que se pueda saltar a bordo a pie enjuto, o se hubiera cometido en tierra firme, la embarcación y sus tripulantes o el infractor de que se trate quedarán sujetos a la jurisdicción de la autoridad de la Parte en cuyo territorio se encuentren, o en el caso de las islas, a la jurisdicción de la autoridad de la Parte responsable de las actuaciones sin perjuicio de lo dispuesto por el artículo 13 del presente Acuerdo.

Artículo 13

Notificación de la infracción a la otra Parte

La autoridad de Marina o Autoridad Marítima de cualquiera de las Partes que tuviera conocimiento de una infracción de este Acuerdo cometida por una persona o una embarcación del país vecino lo comunicará a la autoridad de Marina o Autoridad Marítima de la nacionalidad del transgresor. Si la infracción se cometiera en la margen dela nación vecina y el transgresor huyera a su país o fuera detenido en el río durante la fuga, la autoridad de la Parte del infractor comunicará a la otra Parte la providencia que se hubiera adoptado.

CAPITULO VII

Disposiciones Institucionales

Artículo 14

Comisión Mixta de Caza y Comisión Permanente Internacional del Rio Miño (CPIRM)

1. Se constituirá una Comisión Mixta de Caza integrada por representantes de los organismos que, en ambas las Partes, tengan competencia en la materia.
2. La Comisión Mixta de Caza propondrá anualmente a la Comisión Permanente Internacional del Río Miño (CPIRM) la normativa a que se refieren los artículos 3, 4, 5, 6 y 10, que deberán ser aprobadas por las autoridades competentes de cada Parte y publicadas a través de edictos con la debida antelación.
3. La CPIRM, a petición de la Comisión Mixta de Caza, examinará y resolverá las cuestiones y dudas resultantes de la aplicación del presente Acuerdo, siendo a tal efecto convocada por los Presidentes, quienes, como interlocutores, mantendrán también informada a la Comisión Internacional de Límites.

CAPITULO VIII

Disposiciones finales

Artículo 15

Disposición transitoria

Mientras no se establezca otro régimen cinegético especial, la Comisión Mixta de Caza determinará anualmente las islas y bancos de arena dónde estará permitido el ejercicio de la caza a los cazadores autorizados por ambas Partes.

Artículo 16

Solución de controversias

Cualquier controversia relativa a la interpretación o aplicación del presente Acuerdo, no resuelta en el seno de la CPIRM, se resolverá mediante la negociación entre las Partes por la vía diplomática.

Artículo 17

Revisión

1. El presente Acuerdo podrá ser objeto de revisión a petición de cualquiera de las Partes.

2. Las enmiendas entrarán en vigor con arreglo a lo dispuesto en el artículo 20 del presente Acuerdo.

Artículo 18

Derogación

Con la entrada en vigor del presente Acuerdo, queda derogado el Reglamento de Caza en las aguas y márgenes del Tramo Internacional del Río Miño, elaborado en el ámbito de la Comisión Internacional de Límites (CIL) entre Portugal y España, aprobado en la correspondiente sesión plenaria, celebrada en Madrid del 20 al 22 de febrero de 1991.

Artículo 19

Vigencia y denuncia

1. El presente Acuerdo tendrá una vigencia inicial de seis (6) años, y se renovará automáticamente por periodos iguales y sucesivos.

2. Cualquiera de las Partes podrá denunciar el presente acuerdo mediante comunicación escrita a la otra Parte por vía diplomática, con una antelación mínima de ciento ochenta (180) días, respecto del periodo de vigencia en curso.

3. En caso de denuncia, el presente Acuerdo dejará de aplicarse cuando finalice el período de vigencia en curso.

4. En caso de denuncia, las Partes se comprometen a iniciar las negociaciones necesarias para la firma de un nuevo Acuerdo relativo a la regulación de la caza en las aguas y márgenes del tramo internacional del río Miño (TIRM), manteniéndose en vigor el presente Acuerdo hasta la entrada en vigor del que lo sustituya.

Artículo 20

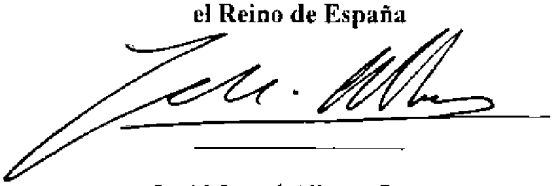
Entrada en vigor

El presente Acuerdo entrará en vigor treinta (30) días después de recibirse la última notificación, por escrito y por vía diplomática, de que se han cumplido los requisitos a tal efecto previstos en el Derecho Interno de las Partes.

Hecho en Trujillo el 28 de octubre de 2021 en dos originales, cada uno de ellos en portugués y español, siendo ambos textos igualmente auténticos.

Por

el Reino de España

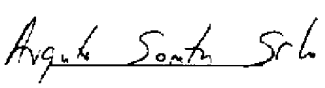


José Manuel Albares Bueno

Ministro de Asuntos Exteriores, Unión Europea y Cooperación

Por

la República Portuguesa



Augusto Santos Silva

Ministro de Estado y Negocios Extranjeros

[TRANSLATION – TRADUCTION]

AGREEMENT BETWEEN THE KINGDOM OF SPAIN AND THE PORTUGUESE REPUBLIC CONCERNING THE REGULATIONS GOVERNING HUNTING IN THE WATERS AND ON THE BANKS OF THE INTERNATIONAL SECTION OF THE MINHO RIVER (ISMR)

The Kingdom of Spain and the Portuguese Republic, hereinafter referred to as "the Parties",

Considering it necessary to adopt joint measures and to work together for the preservation of wildlife in the Minho River, especially bird life, including migratory and non-migratory species;

Aware of the need to update the Regulations governing hunting in the waters and on the banks of the international section of the Minho River, developed by the International Commission on Boundaries between Portugal and Spain and adopted at the plenary meeting held in Madrid from 20 to 22 February 1991, and in force since 24 February 1995;

Bearing in mind the provisions of the Treaty between the Portuguese Republic and the Kingdom of Spain establishing the closing lines of the mouths of the Minho and Guadiana Rivers and delimiting the international sections of both rivers, done at Vila Real on 30 May 2017 and in force since 12 August 2018;

Using as a reference the Treaty on boundaries between Portugal and Spain, done at Lisbon on 29 September 1864;

Desiring to create, as far as possible, the same conditions for hunters of both Parties to enjoy that natural resource through hunting in an orderly manner,

Have agreed as follows:

CHAPTER I. GENERAL PROVISIONS

Article 1. Purpose

The purpose of this Agreement is to regulate hunting in the waters and on the banks of the international section of the Minho River (ISMR), including the islands located therein.

Article 2. Scope

1. This Agreement shall apply to the waters and banks delimited in accordance with the provisions of articles 1 and 3 of the Treaty between the Portuguese Republic and the Kingdom of Spain establishing the closing lines of the mouths of the Minho and Guadiana Rivers and delimiting the international sections of both rivers, done at Vila Real on 30 May 2017 and currently in force in both Parties.

2. Hunting on existing islands in the Minho River that belong exclusively to one of the Parties shall be restricted to licensed hunters of that Party.

CHAPTER II. HUNTING AREAS

Article 3. Prohibitions and restrictions

1. Hunting shall be prohibited in the section of the Minho River downstream of an imaginary line delimited by the Port of São Sebastião in Seixas, Portugal, and the bridge of the Tamuxe River, Spain, up to its mouth, including the islands of Canosa and Morraceira do Grilo or Vimbres.

2. Hunting may be prohibited in other sections of the river or islands, and the boundaries indicated in the preceding paragraph may be altered, by mutual agreement between the Parties, provided that they abide by the scope and limits of the Treaty between the Portuguese Republic and the Kingdom of Spain establishing the closing lines of the mouths of the Minho and Guadiana Rivers and delimiting the international sections of both rivers, done at Vila Real on 30 May 2017.

CHAPTER III. HUNTING ACTIVITIES

Article 4. Species and bag limits

1. Wildlife species that may be hunted, and daily bag limits per hunter, shall be determined yearly.

2. These species may include only those whose exploitation is permitted under the applicable European Union regulations.

Article 5. Hunting season and closed season

The hunting season for each species in the areas referred to in this Agreement shall open at a date coinciding with the latest opening date of the hunting season in the adjacent country, region or autonomous community, and shall close not later than 31 January.

Article 6. Hunting season restrictions

Arrangements for hunting in the international waters of the Minho River, and on its islands and its banks, shall be determined yearly, subject to the following limitations:

(a) Only pleasure craft may be used in connection with still-hunting, and for transport to and from blinds;

(b) The use of any type of vessel to hunt or pursue game shall be prohibited. Shooting game from a vessel that is not anchored or moored to the bank and, if applicable, has the motor running shall also be prohibited;

(c) Each vessel may transport to blinds a maximum of two hunters, who may carry only one weapon each. Such weapons shall remain holstered during transport.

Article 7. Automatic and semi-automatic weapons

The use of automatic and semi-automatic weapons shall be prohibited, except where the magazine or chamber has been designed or modified to hold not more than two shells.

Article 8. Hunting hours

Hunting shall be permitted from one hour before sunrise to one hour after sunset.

Article 9. Permitted hunting days

Hunting shall be permitted only on Thursdays, Sundays and official national holidays of each Party.

CHAPTER IV. LICENCES AND PERMITS

Article 10. Permit limit

1. The maximum number of permits that may be issued for each hunting day shall be set yearly and shall be equal for each Party.

2. Only hunters who are in possession of a hunting licence valid for the adjacent regions or autonomous communities and who hold a one-day permit issued by the competent authorities of each Party shall be permitted to hunt.

CHAPTER V. PATROLLING

Article 11. Monitoring

The monitoring of compliance with the provisions of this Agreement shall be the responsibility of the naval authorities and maritime authorities designated for the Minho River, which shall have operational command of the respective patrol vessels and may request the cooperation of other authorities whenever they deem it appropriate.

CHAPTER VI. VIOLATION REPORTS

Article 12. Reporting of violations

1. The naval authorities and maritime authorities designated for the Minho River shall be responsible for reporting violations of this Agreement; violators shall be punished in accordance with the laws of each Party.

2. When a violation is committed on a vessel moored to firm ground, or so close to firm ground that it is possible to jump on board it dry-shod, or is committed on firm ground, the vessel

and its crew or the violator in question shall be subject to the jurisdiction of the authorities of the Party in whose territory they are located or, in the case of islands, to the jurisdiction of the authorities of the Party responsible for the proceedings, without prejudice to the provisions of article 13 of this Agreement.

Article 13. Reporting of violations to the other Party

Naval authorities or maritime authorities of either Party that learn of a violation of this Agreement committed by an individual or a vessel of the neighbouring country shall bring the matter to the attention of the naval authorities or maritime authorities of the violator's country. If the violation is committed on the bank in the neighbouring country and the violator flees to his or her country or is arrested on the river while fleeing, the authorities of the Party of the violator shall notify the other Party of the action they have taken.

CHAPTER VII. INSTITUTIONAL ARRANGEMENTS

Article 14. Joint Hunting Commission and Permanent International Commission for the Minho River (PICMR)

1. A Joint Hunting Commission shall be established, consisting of representatives of the competent bodies in both Parties.

2. Each year, the Joint Hunting Commission shall propose to the Permanent International Commission for the Minho River (PICMR) the rules referred to in articles 3, 4, 5, 6 and 10. The rules shall be subject to approval by the competent authorities of each Party and shall be published in decrees in a timely manner.

3. PICMR shall, at the request of the Joint Hunting Commission, examine and resolve issues and questions relating to the application of this Agreement, and shall be convened for that purpose by the Chairs. As spokespersons, the Chairs shall also keep the International Commission on Boundaries informed.

CHAPTER VIII. FINAL PROVISIONS

Article 15. Transitional provisions

Until such time as another special hunting regime is established, the Joint Hunting Commission shall determine yearly the islands and sandbanks where hunters licensed by both Parties will be permitted to hunt.

Article 16. Settlement of disputes

Any dispute relating to the interpretation or application of this Agreement that is not resolved within PICMR shall be settled by negotiation between the Parties through the diplomatic channel.

Article 17. Revision

1. This Agreement may be revised at the request of either Party.

2. Amendments shall enter into force in accordance with the provisions of article 20 of this Agreement.

Article 18. Revocation

Upon the entry into force of this Agreement, the Regulations governing hunting in the waters and on the banks of the international section of the Minho River, drafted by the International Commission on Boundaries (ICB) between Portugal and Spain and adopted at the plenary meeting held in Madrid from 20 to 22 February 1991, shall be revoked.

Article 19. Period of validity and termination

1. This Agreement shall remain in force for an initial period of six years and shall be renewed automatically for successive periods of the same duration.

2. Either Party may terminate this Agreement by notifying the other Party in writing through the diplomatic channel at least 180 days before the expiration of the current period of validity.

3. In the event of termination, this Agreement shall cease to apply at the end of the current period of validity.

4. In the event of termination, the Parties undertake to initiate the negotiations necessary for the conclusion of a new agreement concerning the regulation of hunting in the waters and on the banks of the international section of the Minho River (ISMR). This Agreement shall remain in force until the entry into force of any agreement that replaces it.

Article 20. Entry into force

This Agreement shall enter into force 30 days after the date of receipt, through the diplomatic channel, of the last written notification of fulfilment of the requirements for entry into force under the laws of the Parties.

DONE at Trujillo on 28 October 2021 in two originals, each one in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

For the Kingdom of Spain:

JOSÉ MANUEL ALBARES BUENO

Minister for Foreign Affairs, European Union and Cooperation

For the Portuguese Republic:

AUGUSTO SANTOS SILVA

Minister of State for Foreign Affairs

[TRANSLATION – TRADUCTION]

ACCORD ENTRE LE ROYAUME D'ESPAGNE ET LA RÉPUBLIQUE PORTUGAISE RELATIF AU RÈGLEMENT DE CHASSE DANS LES EAUX ET SUR LES RIVES DU SECTEUR INTERNATIONAL DU MIÑO

Le Royaume d'Espagne et la République portugaise, ci-après dénommés les « Parties »,

Considérant qu'il est nécessaire d'adopter des mesures conjointes et de travailler ensemble à la préservation des espèces sauvages du fleuve Miño, en particulier des populations d'oiseaux, y compris les espèces migratrices et non migratrices,

Conscients de la nécessité de mettre à jour le Règlement de chasse dans les eaux et sur les rives du secteur international du fleuve Miño, élaboré par la Commission internationale des frontières entre le Portugal et l'Espagne, adopté lors de la séance plénière tenue à Madrid du 20 au 22 février 1991 et en vigueur depuis le 24 février 1995,

Tenant compte des dispositions du Traité entre la République portugaise et le Royaume d'Espagne établissant les lignes de fermeture des embouchures des fleuves Miño et Guadiana et délimitant les secteurs internationaux des deux fleuves, fait à Vila Real le 30 mai 2017 et en vigueur depuis le 12 août 2018,

Faisant référence au Traité de délimitation de la frontière entre le Portugal et l'Espagne, conclu à Lisbonne le 29 septembre 1864,

Désireux d'établir, dans la mesure du possible, les mêmes conditions pour les chasseurs des deux Parties afin qu'ils puissent profiter de cette ressource naturelle en chassant de manière ordonnée,

Sont convenus de ce qui suit :

CHAPITRE I. DISPOSITIONS GÉNÉRALES

Article premier. Objet

Le présent Accord a pour objet de réglementer la chasse dans les eaux et sur les rives du secteur international du fleuve Miño, y compris les îles qui s'y trouvent.

Article 2. Champ d'application

1. Le présent Accord s'applique aux eaux et aux rives délimitées conformément aux dispositions de l'article premier et de l'article 3 du Traité entre la République portugaise et le Royaume d'Espagne établissant les lignes de fermeture des embouchures des fleuves Miño et Guadiana et délimitant les secteurs internationaux des deux fleuves, fait à Vila Real le 30 mai 2017 et actuellement en vigueur dans les deux Parties.

2. La chasse sur les îles existantes du fleuve Miño qui appartiennent exclusivement à l'une des Parties est réservée aux chasseurs de cette Partie disposant d'une licence.

CHAPITRE II. ZONES DE CHASSE

Article 3. Interdictions et restrictions

1. La chasse est interdite dans la partie du fleuve Miño située en aval d'une ligne imaginaire délimitée par le port de São Sebastião à Seixas (Portugal) et le pont de la rivière Tamuxe (Espagne) jusqu'à son embouchure, y compris les îles de Canosa et Morraceira do Grilo ou Vimbres.

2. La chasse peut être interdite dans d'autres sections du fleuve ou des îles, et les limites indiquées au paragraphe précédent peuvent être modifiées d'un commun accord entre les Parties, à condition qu'elles respectent le champ d'application et les limites du Traité entre la République portugaise et le Royaume d'Espagne établissant les lignes de fermeture des embouchures des fleuves Miño et Guadiana et délimitant les secteurs internationaux des deux fleuves, fait à Vila Real le 30 mai 2017.

CHAPITRE III. ACTIVITÉS DE CHASSE

Article 4. Espèces et limites de prises

1. Les espèces sauvages qui peuvent être chassées et les limites de prises quotidiennes par chasseur sont déterminées chaque année.

2. Ne peuvent être incluses que les espèces dont l'exploitation est autorisée par la réglementation applicable de l'Union européenne.

Article 5. Saison de chasse et saison de fermeture

La saison de chasse pour chaque espèce dans les zones visées par le présent Accord s'ouvre à une date coïncidant avec la dernière date d'ouverture de la saison de chasse dans le pays, la région ou la communauté autonome adjacent, et se termine au plus tard le 31 janvier.

Article 6. Restrictions de la saison de chasse

Les modalités de la chasse dans les eaux internationales du fleuve Miño, ainsi que sur ses îles et ses rives, sont déterminées chaque année, sous réserve des limitations suivantes :

a) Seuls les bateaux de plaisance peuvent être utilisés dans le cadre de la chasse à l'affût, ainsi que pour le transport vers et depuis les affûts ;

b) L'utilisation de tout type de navire pour chasser ou poursuivre le gibier est interdite. Il est également interdit de tirer le gibier à partir d'un navire qui n'est pas ancré ou amarré à la berge et, le cas échéant, dont le moteur est en marche ;

c) Chaque navire peut transporter au maximum deux chasseurs, munis d'une seule arme chacun, jusqu'aux affûts. Lesdites armes doivent rester dans leur étui pendant le transport.

Article 7. Armes automatiques et semi-automatiques

L'utilisation d'armes automatiques et semi-automatiques est interdite, sauf si le chargeur ou la chambre ont été conçus ou modifiés pour ne pas contenir plus de deux cartouches.

Article 8. Horaires de chasse

La chasse est autorisée à partir d'une heure avant le lever du soleil jusqu'à une heure après le coucher du soleil.

Article 9. Jours de chasse autorisés

La chasse n'est autorisée que les jeudis, les dimanches et les jours fériés officiels de chaque Partie.

CHAPITRE IV. LICENCES ET PERMIS

Article 10. Limite du permis

1. Le nombre maximal de permis pouvant être délivrés pour chaque jour de chasse est fixé chaque année et est identique pour chaque Partie.

2. Seuls les chasseurs titulaires d'un permis de chasse valable pour les régions ou les communautés autonomes adjacentes et d'une autorisation journalière délivrée par les autorités compétentes de chaque Partie sont autorisés à chasser.

CHAPITRE V. PATROUILLES

Article 11. Contrôle

Le contrôle du respect des dispositions du présent Accord incombe aux autorités navales et maritimes désignées du fleuve Miño, qui sont en charge du commandement opérationnel des navires de patrouille respectifs et qui peuvent demander à d'autres autorités de coopérer chaque fois qu'elles le jugent nécessaire.

CHAPITRE VI. SIGNALEMENT DES INFRACTIONS

Article 12. Signalement des infractions

1. Les autorités navales et maritimes désignées du fleuve Miño sont chargées de signaler les violations du présent Accord ; les contrevenants sont sanctionnés conformément aux lois de chaque Partie.

2. Lorsqu'une infraction est commise sur un navire amarré à la terre ferme ou si près de la terre ferme qu'il est possible de sauter à bord sans mettre les pieds dans l'eau, ou si elle est commise sur la terre ferme, le navire et son équipage ou le contrevenant en question sont soumis à la juridiction des autorités de la Partie sur le territoire de laquelle ils se trouvent ou, dans le cas des îles, à la juridiction des autorités de la Partie responsable de la procédure, sans préjudice des dispositions de l'article 13 du présent Accord.

Article 13. Signalement des infractions à l'autre Partie

Les autorités navales ou maritimes de l'une ou l'autre Partie qui ont connaissance d'une violation du présent Accord commise par un individu ou un navire du pays voisin portent l'affaire à l'attention des autorités navales ou maritimes du pays de l'auteur de la violation. Si l'infraction est commise sur la rive dans le pays voisin et que le contrevenant s'enfuit dans son pays ou est arrêté sur le fleuve pendant sa fuite, les autorités de la Partie du contrevenant notifient à l'autre Partie les mesures qu'elles ont prises.

CHAPITRE VII. ARRANGEMENTS INSTITUTIONNELS

Article 14. Commission mixte pour la chasse et Commission internationale permanente du fleuve Miño

1. Une commission mixte pour la chasse composée de représentants des organes compétents des deux Parties est mise en place.

2. Chaque année, la commission mixte pour la chasse propose à la Commission internationale permanente du fleuve Miño les règles visées aux articles 3, 4, 5, 6 et 10. Les règles sont soumises à l'approbation des autorités compétentes de chaque Partie et sont publiées par décret en temps utile.

3. À la demande de la commission mixte pour la chasse, la Commission internationale permanente du fleuve Miño examine et résout les problèmes et les questions liés à l'application du présent Accord ; elle est convoquée à cette fin par les présidents. En tant que porte-parole, les présidents informent également la Commission internationale des frontières.

CHAPITRE VIII. DISPOSITIONS FINALES

Article 15. Dispositions transitoires

Jusqu'à l'établissement d'un autre régime spécial de chasse, la commission mixte pour la chasse détermine chaque année les îles et les bancs de sable où les chasseurs des deux Parties titulaires d'un permis sont autorisés à chasser.

Article 16. Règlement des différends

Tout différend relatif à l'interprétation ou à l'application du présent Accord qui n'est pas réglé par la Commission internationale permanente du fleuve Miño est réglé au moyen de négociations entre les Parties par la voie diplomatique.

Article 17. Modification

1. Le présent Accord peut être modifié sur demande de l'une des Parties.

2. Les modifications entrent en vigueur conformément aux dispositions de l'article 20 du présent Accord.

Article 18. Révocation

Dès l'entrée en vigueur du présent Accord, le Règlement de chasse dans les eaux et sur les rives du secteur international du fleuve Miño, élaboré par la Commission internationale des frontières entre le Portugal et l'Espagne et adopté lors de la séance plénière tenue à Madrid du 20 au 22 février 1991, sera abrogé.

Article 19. Durée de validité et dénonciation de l'Accord

1. Le présent Accord est conclu pour une durée initiale de six ans et sera automatiquement prorogé pour des périodes successives de même durée.

2. L'une ou l'autre des Parties peut dénoncer le présent Accord en adressant une notification écrite à l'autre Partie par la voie diplomatique au moins cent quatre-vingts jours avant l'expiration de la période de validité en cours.

3. En cas de dénonciation, le présent Accord cesse d'être applicable à la fin de la période de validité en cours.

4. En cas de dénonciation, les Parties s'engagent à entamer les négociations nécessaires à la conclusion d'un nouvel accord concernant la réglementation de la chasse dans les eaux et sur les rives du secteur international du fleuve Miño. Le présent Accord reste en vigueur jusqu'à l'entrée en vigueur de tout accord venant le remplacer.

Article 20. Entrée en vigueur

Le présent Accord entre en vigueur trente jours après la date de réception, par la voie diplomatique, de la dernière notification écrite attestant de l'accomplissement des formalités législatives internes des Parties requises à cet effet.

FAIT à Trujillo le 28 octobre 2021 en deux exemplaires originaux, chacun en langues portugaise et espagnole, les deux textes faisant également foi.

Pour le Royaume d'Espagne :

JOSÉ MANUEL ALBARES BUENO

Ministre des affaires étrangères, de l'Union européenne et de la coopération internationale

Pour la République portugaise :
AUGUSTO SANTOS SILVA
Ministre d'État aux affaires étrangères